

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 865-GAB.PREF/02

De. 31 de maio de 2002.

"AUTORIZA MUNICÍPIO 0 DF **GUAJARÁ-MIRIM** FIRMAR Α CONVÊNIO COM CASA DO ANCIÃO DE GUAJARÁ-MIRIM. CONFORME DISPOSTO NOS ARTIGOS 166 E 169. DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DÁ **OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o Município de Guajará-Mirim autorizado a firmar convênio com a CASA DO ANCIÃO DE GUAJARÁ-MIRIM, conforme disposto nos artigos 166 e 169, da Lei Orgânica do Município, com objetivo de executar serviços assistenciais de ação continuada.

Art. 2º - O prazo de Vigência do Convênio será de 10 (dez) meses, contados de 01 de março de 2002 a 31 de dezembro de 2002.

Parágrafo Único – O Poder Executivo Municipal enviará os recursos referentes aos meses de março, abril e maio/2002 até o dia 10 de junho de 2002.

Art. 3º - Para execução do objeto de convênio, o Município de Guajará-Mirim repassará à CASA DO ANCIÃO DE GUAJARÁ-MIRIM, a quantia de R\$ 13.800,00 (Treze Mil e Oitocentos Reais), parceladamente.

4/



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único – Os repasses serão mensais, no valor de R\$ 1.380,00 (Um Mil e Trezentos e Oitenta Reais) e serão feitos até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.

- Art. 4º À diretoria da CASA DO ANCIÃO DE GUAJARÁ-MIRIM, tão logo firmado o instrumento de contrato caberá:
 - a) responder pela gerência e boa aplicação de valores pelo município de Guajará-Mirim.
 - b) a prestação de contas, mensalmente, a serem apresentadas até o dia 20 de cada mês à Secretaria Municipal de Fazenda.
- Art. 5° A Procuradoria Geral do Município de Guajará-Mirim se encarregará de elaborar o instrumento de convênio, devendo constar naqueles itens dos recursos a serem repassados.
- Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 01 de março do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PÉROLA DO MAMORÉ, em 31 de maio de 2002.

Antônio Bento do Nascimento

Prefeito em Exercício